

Mulheres vão fazer debate

As mulheres que participam da 8ª Conferência Nacional de Saúde decidiram ontem, em virtude do pouco espaço que a organização do evento reservou para a discussão de temas específicos, promover até outubro próximo um Encontro Nacional da Saúde da Mulher, elaborando propostas concretas para a Assembleia Nacional Constituinte.

Ontem, na reunião feita por elas após o debate da manhã, foi discutida a intervenção de Carmem Barroso, do Conselho Nacional da Mulher, que achou que a política de saúde para o sexo feminino deve levar em consideração a dupla jornada de trabalho a que são submetidas trabalhadoras e donas-de-casa, e a questão da reprodução humana.

Para Carmem, é preciso estimular os programas de controle da natalidade, mas ao mesmo tempo eles não podem ser impostos às mulheres. Por outro lado, não se pode falar em controle da natalidade sem a promoção da qualidade de vida da população, pois muitas mulheres fazem abortos e ligaduras de trompa não porque não querem ter filhos, mas porque não têm condições de criá-los.

A saúde da mulher estão ligadas as questões dos direitos iguais no trabalho, salários dignos, creches, paternidade responsável e universalização dos direitos sociais, políticos e econômicos, disse Carmem. Uma universalização que ainda está longe de ser alcançada no Brasil, pois os próprios partidos políticos boicotam a participação da mulher.

Foi o que denunciou, na reunião, a vereadora Clair Castilho, de Florianópolis, "a primeira vereadora da cidade em 250 anos", conforme esclareceu. Clair Castilho é presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Florianópolis e foi preterida pelo PMDB na convenção municipal para indicação de candidatos à Assembleia Legislativa.

— Isso vem ocorrendo em todo o Brasil e em todos os partidos políticos. A mulher não participa da vida política porque tem seu acesso dificultado pelos homens e por isso somos tratadas como minoria. Não somos minoria, somos 50 por cento da população brasileira, e como metade da população queremos direitos iguais — disse a vereadora.